



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**RESSONÂNCIAS DO SENSÍVEL - NOVOS MUSEUS NO BRASIL**

Gloria Alejandra Guarnizo Luna\*

A Carta de Atenas de 1933, cujo documento oficial foi redigido por Le Corbusier, pode ser vista como o documento inicial que coloca em pauta a definição do urbanismo moderno, a organicidade das cidades e o patrimônio como testemunho do passado, devendo ser respeitado seu valor histórico e plástico. A Carta é revisitada em 1958, quando se realizou no Rio de Janeiro, o *Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus* que teve como debate central, os benefícios que o museu poderia trazer para a educação, no que tange a exposição e recursos de comunicação para fins didáticos. As discussões no âmbito dos museus são retomadas no em 1972 na *Mesa Redonda de Santiago do Chile*. No ano 1984 são realizados dois encontros; um na cidade de Quebec no Canadá, e em Oaxtepec no México com a proposta do *I Atelier Internacional para uma Nova Museologia*. Em 1992 é realizada a Declaração de Caracas na Venezuela.

Destes encontros, a declaração de Santiago, é vista como a tomada de “consciência” de que os museus poderiam contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da sociedade e para a melhoria da sua qualidade de vida, e a declaração de Caracas, abordada como uma posição de consolidação da museologia no seio da sociedade” ( PEDROSO DE LIMA. 1993: 91-92)

\* Doutoranda em História Cultural no Programa de Pós Graduação em História da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. Contato: [alelunabrasil@hotmail.com](mailto:alelunabrasil@hotmail.com)

A Mesa redonda de Santiago do Chile, em 1972, dá início aos debates sobre "Nova Museologia", que prioriza a "missão" social dos museus como tema central da sua proposta, articulando o desenvolvimento integrado das comunidades. Com a incumbência da UNESCO, a mesa de Santiago propôs a temática "Papel do museu na América Latina de hoje", demonstrando uma preocupação de interdisciplinaridade, visando uma mudança de atitudes nos Museus – Um Museu Integral numa perspectiva regional. Deste modo os museus são enquadrados num processo de desenvolvimento das comunidades.

A Carta de Santiago é reconhecida por alguns pesquisadores de várias áreas, como a maior contribuição da América Latina nas questões do papel social dos museus, num momento de transformações sociais, culturais e políticas no continente latino americano e em várias partes do mundo. A discussão de Santiago sobre o papel dos museus na América Latina se insere na linha de seminários regionais semelhantes aos de 1958 no Rio de Janeiro, de 1964 em Jos na Nigéria e 1966 em Nova Delhi, Índia.

O caráter educativo e o papel social dos museus ressaltado como primordial no Brasil, já era discutido desde o advento dos ecos-museu franceses no início da década de 1970. A nova reformulação no campo dos museus encontrava-se atrelada a onda de movimentações sociais presentes na década de 1960 e ao movimento estudantil de 1968, na França, onde as reivindicações das reformas no sistema de ensino universitário acabaram por unir estudantes e operários para além das fronteiras daquele país, numa luta comum contra o autoritarismo político daquele momento. A onda contestatória se fez sentir também no campo dos museus, e o caráter tradicional, que representava os detentores de capital cultural e econômico, também foi questionado. Noções de educação popular, democracia cultural e desenvolvimento global começaram a impregnar o campo museológico.

As discussões sobre a "missão dos museus", como um dos principais agentes de desenvolvimento, é por tanto tema de debate entre os agentes envolvidos; abordagem que se fez presente em 1992, em Caracas, capital venezuelana, por iniciativa da Unesco. No seminário, "A missão do Museu na América Latina hoje: Novos desafios", representantes de vários países latino americanos, novamente retomaram os postulados da Declaração de Santiago, vista como um ícone, que permitira atualizar os conceitos e compromissos assumidos, relacionados ao cenário da América Latina, e aos desafios para o século XXI.

O alargamento de perspectivas e de atuação dos museus implica também a problemática da memória e dos lugares de memória, conceito historiográfico que começa

a ser revisitado na década de 1980. Debate que ganha destaque no giro linguístico, quando se coloca em pauta de discussão as subjetividades no campo intelectual das ciências humanas, provocando múltiplos direcionamentos e desdobramentos. Estes lugares na proposta de Pierre Nora, enquanto “restos” cristalizam a memória nacional, permite ver o aparato que “ensina como lembrar” material e simbolicamente, inscrito numa escala de valores que nomeia e imprime aquilo que “merece” ser lembrado.

Estes “restos” evocam também as memórias subterrâneas ou marginalizadas de pessoas ou grupos que não tiveram seu lugar na história. As memórias individuais e marginais só conseguem sair da sua condição, quando são incorporadas a uma reorganização da memória coletiva e/ou nacional, movimento presente na proposta museológica no país de abordagem interdisciplinar. Este ato político e de reconhecimento, a logo prazo é também opressor da memória social, ao agregar memórias dispares dentro de um consenso; a visibilidade e reconhecimento político, cívico e de direitos, por tanto não diminui os conflitos. O discurso público sobre o passado lida necessariamente com estas divergências. O Lugar da memória revela uma história que possui “restos” de memória, não porque esta seja mais vivida, mas porque a história foi e é reconstituída.

No cenário da reformulação museológica no Brasil, múltiplas demandas sociais emergem nas reivindicações do direito à memória. Desde a elaboração do projeto de criação do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, no ano de 2005, uma nova concepção a respeito da regulamentação no campo museal é lançada no país. Esta política vem ancorada nos pressupostos da Nova Museologia e imersa na proposta da Declaração de Santiago, ressaltando, portanto, as questões sociais, inserção e de reconhecimento de memórias subterrâneas. Recentemente em 18 de outubro de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o decreto presidencial (n.8.124) que regulamentou a lei (n. 11.904) denominada Estatuto de Museus<sup>1</sup>, e a lei (11.906) de criação do IBRAM, ambas implantadas no ano de 2009, durante o mandato do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Este decreto ampliou e especificou o arcabouço jurídico de mais de três mil museus federais, estaduais, municipais e particulares provocando uma nova dinâmica na concepção de museus e nas relações com eles estabelecida. A nova autarquia

<sup>1</sup> Para leitura da lei consultar:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>

vinculada ao (MINC) Ministério da Cultura sucedeu o IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos “direitos, deveres e obrigações relacionado aos museus federais” e passou a responder pela Política Nacional de Museus (PNM).

Estas mudanças permitiram e permitem com que todos os museus no país sejam cadastrados e registrados, a fim de que se possa profissionalizar, organizar e propiciar ações integradas entre os museus brasileiros. O decreto ainda tem como finalidade a “preservação do patrimônio musealizado, e passível de musealização, instituindo uma série de procedimentos que conferem ao IBRAM ações de fiscalização”. A ação é descrita como tendo um caráter “pedagógico” e orientador para adequação no que tange à gestão e cumprimento da função social do campo museal no país. É, portanto, atribuição deste instituto incitar intervenções que possam ser declaradas de interesse público. Para que estas mudanças fossem efetivadas, foi prevista a elaboração de um plano anual de atividade que pudesse ao mesmo tempo, promover a sustentabilidade dos museus no território nacional, colocando o Brasil como um dos poucos países que formularam leis e que mantêm uma política pública de museus.

A política pública vem sustentada pela promoção do potencial turístico, que é visto como primordial no funcionamento dos museus, e que pode ser visualizada em algumas cidades do país. Os museus e novos museus vislumbram propiciar uma democratização destes mesmos espaços, para novos personagens que entram em cena, na ampliação da perspectiva museográfica. Os museus ao ar livre, ecomuseus, sitio museus, museus de vizinhança, museus locais, museus comunitários, museus favela, museus do lixo, entre outros, são alguns dos espaços e tipos de museus, que nos permitem a visualização da expansão do campo museal, no Brasil e alguns outros países.

Com múltiplos propósitos e abordagens, estes espaços, na proposta da Nova Museologia presente na política de museus no país, apelam para a educação das sensibilidades, através de vários projetos e implementações educativas. A abordagem que colocava o Museu como reflexo da sociedade, começa a ser questionada, porém não superada. A proposta presente no Estatuto de Museus e no Plano Nacional de Museus aborda o “museu como um processo e agente modificador da realidade social” (RÚSSIO, 2012, p.35), um museu “integral o qual proporciona a comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ARAUJO e BRUNO, 1995, p,24).

Michel Maffesoli (2012) no seu mais recente livro *O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade*, percebe a temporalidade em forma de espiral, que traz

consigo a retomada do otimismo progressista que parecia estar ultrapassado. Espiral que permite a visualização da passagem do “eu” ao “nos”, indicando que “sou muito mais pensado e agido do que ajo e penso”. Esta reflexão não implica uma compreensão individualista do mundo, mas a percepção de um “elo” social, que acontece na alteridade, na percepção e no olhar do outro. Assim não é apenas o sujeito, mas o social, e o que Maffesoli chama de *pacto societal* que domina atualmente todas as manifestações humanas. Na sua abordagem a sinergia entre o arcaísmo e o desenvolvimento tecnológico faz reemergir um sentimento da ética, estética e sensibilidade num reencantamento do mundo. Deste modo, não é apenas a lei do pai na sua verticalidade moderna, que movimenta as ações humanas, mas a lei dos irmãos, presente entre outras, nas instituições, nas políticas de governos e nas relações sociais que não aceitam mais um determinado domínio.

Esta ideia vem em consonância com as reflexões apresentadas por Jacques Racière, (2010) quando chama a atenção para o estético no sentido político. O estético não enquanto uma teoria das sensibilidades, do gosto ou do prazer, mas enquanto um modo de existência de tudo o que é estético, sensível, perceptível, representável ou habitado, a potencia de um pensamento, que pouco a pouco, com o percurso histórico, veio a tornar-se estranho a si mesmo. Estética que possui seu fundamento na *partilha do sensível*, no que pode ser visto que por sua vez, separa os que têm competência para ver e a qualidade para dizer, “o que implica ter o domínio sobre o tempo e o espaço”. Por tanto esta partilha e as significações da memória que a envolve acontece de modo desigual; esta acontece num campo de embates que disputam o que merece ser lembrado.

Os museus do lixo são percebidos, entre outras perspectivas, podem ser percebidos como uma tentativa de interferência à maneira como nos relacionamos com os objetos e as múltiplas atribuições de sentido que estabelecemos com a produção, uso e descarte dos mesmos. Estes mesmos espaços permitem também a discussão de uma estetização do lixo, que coloca o objeto num lugar consagrado que através do “olhar sensível”, traz para visibilidade o que antes estava presente, mas não era percebido. A educação de sensibilidade, como um elo social, é uma das instâncias mais significativa que os projetos e processos numa perspectiva social podem provocar no presente. Estas reflexões permitem questionar historicamente o campo museal no Brasil, que não se esgota neste breve ensaio, no que tange as resignificações da atual política institucional, inserida numa proposta de uma educação das sensibilidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (orgs.). **A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

DECRETO PRESIDENCIAL (n.8.124) QUE REGULAMENTOU A LEI (n. 11.904) DENOMINADA ESTATUTO DE MUSEUS. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>. Acesso em 25/04/2014.

LIMA, Francisco Pedroso de. **A Evolução entre as declarações de Santiago e de Caracas**. In: Cadernos de Museologia. Centro de Estudo de Sócio- Museologia. ISMAG/ULHT. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. n.º 1- 1993.

MAFFESOLI, Michel **O Tempo Retorna: formas elementares da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n.10, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas Margens do Político**, trad. V. Brito, J. P. Cachopo, Porto: Dafne, 2010.

RÚSSIO, Waldisa. (1983). **Sistema da Museologia**. In: BRUNO, M. C. O. (Org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.1. p.127-136

